



## TRIBUNAL DE JUSTIÇA DESPORTIVA DO FUTEBOL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

---

Rio de Janeiro, 14 de outubro de 2016.

**Comunicação: 420/2016**

**Processo: 656/2016**

**Recurso Voluntário com Pedido de Efeito Suspensivo**

**Recorrente:** Carangola FC

**Recorrido:** Decisão da Liga de Petrópolis

### **DECISÃO**

Trata-se de Recurso Voluntário interposto por **CARANGOLA FUTEBOL CLUBE** contra decisão da Primeira Comissão Disciplinar da **LIGA PETROPOLITANA DE DESPORTOS** que alegou não ter competência para julgar decisões proferidas pela referida entidade.

Aduz que a LIGA decidiu que:

*“devido à informação passada pelo BOA ESPERANÇA de que não teria time para colocar em campo na última rodada das categorias SUB-15 e SUB-17; o CARANGOLA F.C fica desobrigado a comparecer ao local de jogo, bem como a arbitragem; sendo assim, atribuída a derrota punitiva ao Boa Esperança, computando-se a Vitória , pelo placar de 3x0, ao Carangola em ambas as categorias”.*



## TRIBUNAL DE JUSTIÇA DESPORTIVA DO FUTEBOL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

---

Insurgiu-se o recorrente contra essa decisão e foi encaminhado o julgamento para a primeira comissão disciplinar que decidiu não ter competência para julgar decisão da entidade desportiva.

Salienta o Recorrente que, se uma equipe abandona o campeonato ou dele é excluída, os resultados de todos os seus jogos deverão ser anulados, de modo a restabelecer a igualdade de condições entre os demais competidores oportunizando o mesmo número de jogos disputados e as mesmas possibilidades de fazer resultados.

Acrescenta que o que se tem no caso do BOA ESPERANÇA é típica desistência de continuar na disputa do campeonato, o que demonstra por ato unilateral e definitivo abandono da competição (auto-exclusão), perpetrado, coincidentemente, na última rodada da fase classificatória.

Por fim, requer a concessão do efeito suspensivo, tendo em vista que o deslinde da questão determinará a ordem dos outros classificados para as semifinais, mantidas para este fim de semana, sendo assegurados aos melhores classificados o direito de jogar a segunda partida em seu campo, bem como a vantagem do empate. Portanto, imperiosa a suspensão das semifinais até a decisão final.

### É O RELATÓRIO

Primeiramente cumpre destacar as questões controvertidas da presente demanda.

Na verdade, insurge-se o Recorrente contra decisão da primeira comissão disciplinar da Liga Pretropolitana que decidiu não ter competência para julgar decisões proferidas pela entidade desportiva.



## TRIBUNAL DE JUSTIÇA DESPORTIVA DO FUTEBOL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

---

A LPD decidiu por excluir o clube BOA ESPERANÇA do campeonato, tendo em vista este ter alegado não ter time para colocar em campo de jogo e determinou o cômputo dos pontos pelo vitória, pelo placar de 3x0, ao Carangola em ambas as categorias (SUB-15 e SUB-17).

O Recorrente insurge-se contra esta decisão pugnando que todo campeonato seja anulado.

De fato não cabe à Comissão disciplinar julgar decisão perpetrada pela entidade desportiva.

Por sua vez, cabe às comissões disciplinares zelar pelo cumprimento fiel ao Regulamento das competições.

O caso em tela orbita em torno do cumprimento do Regulamento.

Não cabe a esta Relatora analisar, nesta instância, neste momento, se o campeonato deva ser anulado, conforme requer o Recorrente ou se continuaria com os times restantes das categorias SUB-15 e SUB-17.

A competência originária para análise do cumprimento do regulamento das competições pertence à comissão disciplinar de primeira instância.

Nesse sentido, cinge-se à controvérsia não acerca do mérito da decisão da entidade desportiva; no caso, a LCD mas sim, acerca de como está o desenrolar do campeonato, após a decisão da LCD pela exclusão do time BOA ESPERANÇA.

À luz das razões do Recorrente, o campeonato deve ser anulado e deve ser concedido efeito suspensivo para que o



## TRIBUNAL DE JUSTIÇA DESPORTIVA DO FUTEBOL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

campeonato seja paralisado e a comissão disciplinar possa analisar o tema.

Eis aí, portanto, os pontos controvertidos da demanda.

Cumpridos os requisitos de procedibilidade da demanda, declaro saneado o feito e determino o seu regular prosseguimento.

Preliminarmente, cumpre a análise do pedido de efeito suspensivo.

Após detida análise dos autos, **DEFIRO O EFEITO SUSPENSIVO** pleiteado, tendo em vista a possibilidade de supressão de instância e continuidade de um campeonato que possa ter suas regras mudadas após decisão *a quo*, o que ensejaria novas disputas.

O deferimento do pedido de efeito suspensivo enseja a presença dos requisitos do *fumus boni iuris* e do *periculum in mora*.

No caso em tela, comprovados os dois requisitos, não resta outra alternativa a esta julgadora senão a de conceder o pedido, *ad cautelam* de transcurso de um campeonato viciado no cumprimento de seu Regulamento.

Por outro lado, o indeferimento do efeito suspensivo com posterior decisão de que o campeonato deva seguir regras diferenciadas das atuais geraria custos desnecessários e frustração aos atletas jovens que poderiam vir a perder seus títulos.

Assim, a paralisação momentânea gera prejuízo menor do que o indeferimento da medida suspensiva.

No mérito, deixo de acolher a tese do Recorrente, tendo em vista incompetência absoluta.

Por essas razões, acolho parcialmente o pedido para **DEFERIR O PEDIDO DE EFEITO SUSPENSIVO** pleiteado e; no mérito, **DOU**



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DESPORTIVA DO FUTEBOL DO  
ESTADO DO RIO DE JANEIRO

---

**PROVIMENTO AO RECURSO para DETERMINAR O ENCAMINHAMENTO AO  
PLENO DESTE TRIBUNAL PARA DECIDIR ACERCA DA DEVOLUÇÃO OU NÃO  
DOS AUTOS À PRIMEIRA COMISSÃO DISCIPLINAR.**

Rio de Janeiro, 14 de outubro de 2016.

**RENATA MANSUR FERNANDES BACELAR**  
Auditora Relatora